

Ano 20 • Número 24 • 18 de junho de 2018

**Frustração com a economia terá impacto no mercado de trabalho**

---

**Cresce o número de jovens “nem-nem” no Brasil**

---

**Afinal, qual o PIB do RS em 2017?**

---

**Alguns números do gasto público em Segurança no Brasil e no RS**

---

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

**UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS**

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Frustração com a economia terá impacto no mercado de trabalho

No final do ano passado, havia certo consenso de que a economia brasileira alcançaria um crescimento próximo dos 3% em 2018. Com o primeiro semestre quase acabando, as expectativas de mercado encontram-se próximas à metade disso: o último Relatório FOCUS revela expectativa de elevação do PIB de 1,76% por parte dos analistas.

Os dados de atividade do primeiro trimestre vieram abaixo do esperado. Além disso, as consequências da greve dos caminhoneiros e uma mudança no cenário externo jogaram um balde de água fria no otimismo. Na mesma direção das demais variáveis econômicas, as expectativas para o desempenho do mercado de trabalho estão sendo revisadas para baixo.

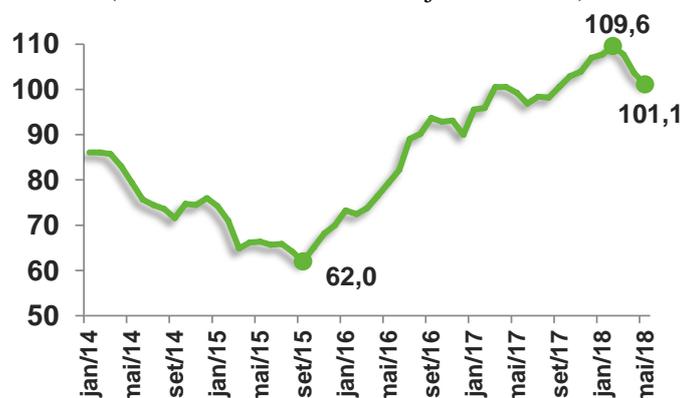
Um indicador calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) demonstra esse cenário, evidenciando que a frustração de expectativas atingirá o mercado de trabalho. O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) é construído como uma combinação de séries extraídas das Sondagens da Indústria, de Serviços e do Consumidor da própria instituição. O objetivo do indicador é antecipar os rumos do mercado de trabalho no país.

Na passagem de abril para maio, o IAEmp recuou 2,5 pontos e chegou aos 101,1 pontos, o menor valor desde setembro do ano passado (100,6 pontos). Foi a terceira queda consecutiva do indicador, o que não ocorria desde o início de 2015. Além disso, seis dos

sete componentes do IAEmp variaram negativamente em maio, com as maiores contribuições para a queda vindo dos indicadores que medem a situação dos negócios nos seis meses seguintes nos setores de Serviços e da Indústria de Transformação, com variações, de -6,2 e -5,4 pontos, na margem, respectivamente.

Tanto a situação dos negócios quanto a disposição para contratar tendem a ser menores nos próximos meses. Os resultados que já não foram animadores no primeiro trimestre devem se mostrar piores após a consolidação das estatísticas de atividade do mês de maio, onde a greve dos caminhoneiros parou o setor produtivo.

**Indicador Antecedente de Emprego – IAEmp/FGV**  
(Base 100: Jun/08 – Com ajuste sazonal)



Fonte: UEE/FIERGS.

## Cresce o número de jovens “nem-nem” no Brasil

Recentemente, o IBGE divulgou os resultados relativos ao módulo de Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Além de trazer informações sobre temas como analfabetismo, nível de instrução e frequência escolar da população, o relatório faz um panorama geral sobre as condições de estudo e situação na ocupação de jovens entre 15 e 29 anos.

Dos 48,5 milhões de jovens nessa faixa etária no Brasil, mais da metade (25,2 milhões) não havia concluído o ensino superior e nem frequentava escola, curso, universidade ou qualquer outra instituição regular de ensino em 2017. São 330 mil pessoas a mais nessa condição em comparação a 2016.

As principais justificativas para a interrupção dos estudos, como esperado, têm relação com o envolvimento no mercado de trabalho: (1) ter que trabalhar; (2) estar à procura de emprego; e (3) ter conseguido uma vaga que vai começar em breve. Juntos, esses três motivos concentram 39,6% das respostas. Desinteresse (20,1%) e ter que cuidar de pessoas ou afazeres domésticos (11,9%) foram outras justificativas citadas.

No entanto, o dado que mais chamou a atenção foi o crescimento do número de pessoas entre 15 e 29 anos que não estuda e nem trabalha, classe que ficou

popularmente conhecida como “nem-nem”. O número de jovens nessa condição passou de 10,5 milhões em 2016 (21,8%) para 11,2 milhões em 2017 (23,0%), ou seja, de um ano para o outro, esse contingente cresceu 5,9%, o que equivale a mais 619 mil pessoas.

Conforme já comentado em informes anteriores (Nº 12/2018 e Nº 20/2018), o desalento foi uma das marcas deixadas pela crise profunda e extensa pela qual o Brasil passou nos últimos anos. Os dados trazidos no artigo de hoje mostram que, além da falta de perspectivas de conseguir uma colocação no mercado de trabalho, os jovens estão deixando de buscar qualificação. A combinação desses dois fatores é preocupante por deixar profundos impactos econômicos e sociais para o futuro do país.

**Distribuição das pessoas de 15 a 29 anos, segundo a condição de estudo e a situação na ocupação**  
(Em %)

	2016	2017
Não ocupada e estudava	28,6	28,7
Ocupada e não estudava	35,7	35,0
Ocupada e estudava	14,0	13,3
Não ocupada e não estudava (nem-nem)	21,8	23,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

## Afinal, qual o PIB do RS em 2017?

O IBGE calcula as Contas Regionais do Brasil, que detalha o PIB por estados. Os dados são divulgados com atraso de dois anos em relação ao período de referência, de forma que o último dado disponível se refere somente a 2015. Para suprir essa defasagem, alguns estados têm fundações que calculam prévias para os indicadores. No caso do RS, essa tarefa cabia à FEE. Com a sua extinção no ano passado e a indefinição quanto ao novo responsável pelo cálculo, os resultados do PIB gaúcho para o 4º trimestre de 2017 e para o 1º trimestre de 2018 (deveria ter sido divulgado hoje pelo calendário original) ainda são desconhecidos.

Dado que os resultados do PIB ainda não estão disponíveis, pode ser interessante tentar obter uma estimativa analisando alguma série altamente correlacionada. O candidato mais natural é o Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR), cuja frequência é mensal e o último dado disponível é março de 2018. Embora a metodologia do IBCR seja distinta, o indicador reproduz os movimentos do PIB com certo sucesso.

O índice aponta uma variação de 0,2% no 4º trimestre de 2017 em relação ao trimestre imediatamente anterior, acumulando 2,0% de crescimento no ano passado. Esse número é mais alto do que o observado pelo indicador a nível nacional, IBC-Br (1,0%). Comparando com outros estados, o RS teve desempenho mediano. Pelo indicador, São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, cresceram apenas 0,2% e

0,5%, respectivamente, em 2017, enquanto que o Paraná avançou 2,7%. Estendendo a análise para o primeiro trimestre deste ano, o indicador mostra uma diminuição no ritmo de crescimento, com variação de -1,0% na margem. Isso implicaria em um recuo na taxa anualizada de 1,0% para 0,4%. Para o Brasil, o índice aponta para estabilização no primeiro trimestre deste ano. Entre os estados, a maioria dos resultados foi negativa, com destaque para o recuo de 1,4% no Paraná.

Deve-se ter cuidado na hora de interpretar os resultados. Embora os indicadores do Banco Central sejam conhecidos como prévias do PIB, as metodologias são absolutamente distintas. Por mais que haja uma elevada correlação entre as séries, a volatilidade do IBCR e do IBC-Br fazem com que não sejam bons indicadores para a magnitude da variação do PIB, mas apenas para a direção em que ele se move. Enquanto não saem os resultados do PIB do RS para 2017, nos cabe analisar este tipo de indicador.

### IBCR e IBC-Br

(Variação %)

	2017/ 2016	1ºT18/ 4ºT17*		2017/ 2016	1ºT18/ 4ºT17*
RS	2,0	-1,0	RJ	-2,0	-0,3
Brasil	1,0	0,0	SC	4,2	-0,3
MG	0,5	-0,8	PR	2,7	-1,4
GO	1,7	-0,3	PE	0,6	-0,2
SP	0,2	0,1	ES	1,3	-0,2

Fonte: BCB. \* Com ajuste sazonal.

## Alguns números do gasto público em Segurança no Brasil e no RS

O debate sobre Segurança Pública ganha força em ano eleitoral. O crescimento da violência ao redor do País, sobretudo no Norte e Nordeste, conferem certa prioridade ao tema. Não é a toa, onze estados apresentaram crescimentos sucessivos na taxa de homicídios nos últimos 10 anos, sendo o RS o único destes estados que não se localiza nas regiões Norte e Nordeste. Em 2016, a taxa de homicídios no Brasil (número de homicídios para cada 100 mil habitantes) foi de 30,3, a maior desde o início da série histórica em 2002. A tragédia fica ainda mais impactante quando se observa que a violência letal é a causa de 56,5% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos. Os dados são impressionantes e os candidatos deverão inevitavelmente se debruçar sobre o tema na corrida deste ano.

Diante disso, é interessante analisar alguns números sobre os gastos públicos em Segurança. Do total da despesa nessa função em 2016, 83% foi gasto dos estados, enquanto União e Municípios corresponderam por 11% e 6%, respectivamente. Considerando todas as esferas de governo, em 2015, o País despendeu cerca de 1,4% do PIB em Segurança, menos do que a média dos países da OCDE (1,7% do PIB). Nota-se a baixa dispersão entre estes países: a grande maioria gasta

entre 1,5% e 2,5% do PIB, não mais que isso.

Analisando o Orçamento Federal, observa-se que despesa em segurança se encontra estável desde 2008 (0,2% do PIB). Nesse mesmo período, os dispêndios em outras funções se elevaram bastante. Educação: de 0,9% para 1,7% do PIB; Previdência: de 7,8% para 9,9%; Saúde: de 1,5% para 1,7%; Assistência Social: de 0,9% para 1,3%; e Defesa: 0,7% para 1,0% do PIB. Ou seja, os gastos com segurança não acompanharam o crescimento generalizado da despesa a nível federal.

No RS, o investimento em segurança vem perdendo espaço ano após ano (de 0,7% da RCL em 2010 para 0,2% em 2017). Mesmo que a despesa na função tenha aumentado por aqui nos últimos anos, isso se deu por causa dos reajustes concedidos aos policiais e não por investimentos no aparato policial. No mesmo período, a Previdência passou de 32,5% para 50,8% da RCL.

Em meio a crise da Segurança, restam poucas saídas ao problema, uma vez que as despesas com pessoal e previdência vêm consumindo a maior parte dos orçamentos. O Estado tem crescido sucessivamente, mas, paradoxalmente, vem perdendo cada vez mais a sua capacidade de intervenção. É claro que a solução exige muito mais do que isso, mas a necessidade de maiores investimentos em Segurança é evidente.